

Para EUA, negociação plurianual só no Clube

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo norte-americano considera o mecanismo do Clube de Paris suficientemente flexível para proporcionar a necessária reestruturação da dívida externa dos países latino-americanos junto a governos e instituições multilaterais. Por isso, os EUA têm a intenção de negociar reprogramações plurianuais por prazos maiores, dentro dos mecanismos do Clube, entidade informal que reúne os principais países industrializados.

A posição norte-americana está enfatizada no informe da Comissão Especial sobre Financiamento e Comércio (Cefic), examinado na Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da 14ª Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, que termina hoje em Brasília. O documento apresenta as principais proposições dos países devedores e a posição dos EUA:

1. Uma condicionalidade de emergência nos programas de ajuste do FMI, dando prioridade à imperiosa necessidade de conseguir uma vigorosa recuperação econômica dos países devedores. Propõe também que o FMI exclua os créditos concedidos pelo Bird e BID das metas de déficit fiscal. E rápidos desembolsos dos aumentos já autorizados de recursos do FMI em favor dos países que cumprem os programas de ajuste.

A posição dos EUA: concorda que o FMI reexamine seu tratamen-

to em relação aos financiamentos do Bird e do BID para projetos de desenvolvimento, a fim de determinar as metas de cumprimentos. Os EUA insistem, porém, que os programas do FMI não são inimigos do crescimento, por isso não estão dispostos a aceitar a revisão ampla da condicionalidade do Fundo.

2. Os países latino-americanos pedem que o Banco Mundial e Banco Interamericano, nos próximos quatro anos, excluam o requisito de contrapartida de recursos locais aos projetos de alta prioridade nos programas de desenvolvimento e com aqueles países que estão cumprindo seus programas de ajuste impostos pelo FMI.

Os EUA apóiam o reexame da contrapartida em relação aos bancos multilaterais de desenvolvimento, mas insistem que não estão dispostos a apoiar a eliminação desse requisito.

3. Querem os países da América Latina e Caribe que o Bird e Bid estudem o financiamento de projetos em andamento, cuja execução foi iniciada por outras fontes de financiamento e que se encontram atualmente paralisados ou atrasados por falta de recursos.

Os EUA apóiam a reivindicação, para continuação de financiamento de projetos "selecionados".

4. Os países latino-americanos pedem que o Bid aumente sua capacidade de recursos, mediante aumento de capital e co-financiamento, com o fim de ampliar o apoio à região.

Os EUA argumentam que forneceram US\$ 5,2 bilhões de recursos adicionais para o Bird, para o período 1983-1986, por isso não haverá aumento de recursos. Mas apóiam a proposta para que o Bid examine ao máximo o mecanismo de co-financiamento. Os EUA também reiteram seu apoio à Companhia Interamericana de Investimentos (CII), que estenderia créditos e ofereceria subscrição de capital a pequenas e médias empresas da região.

5. Também reivindicam os devedores que sejam estudadas várias propostas de reestruturação da dívida externa, compreendendo mecanismos de compensação às taxas de juros elevadas, e permitindo uma ampliação dos recursos necessários ao desenvolvimento da região.

Para os EUA, os bancos comerciais vão refinarçar a dívida dos países que estão realizando com êxito seus programas de ajuste. E vêem com "complacência" a tendência de redução dos *spreads*, custos administrativos e outras taxas aplicadas em algumas renegociações. Entendem que se deve dedicar especial atenção à disposição de instituições multilaterais de fornecer novos recursos. Mas não apóiam nenhuma proposta para controlar o nível das taxas de juros, ou facilitar a concessão de empréstimos automáticos sem levar em conta a solvência dos países solicitantes. Com relação à dívida de governo a governo, ela será resolvida com apoio dos EUA no Clube de Paris.